

## **Reestruturação Produtiva e Sindicalismo Metalúrgico do ABC Paulista: as misérias da era neoliberal na década de 1990.**

Fabiana Scoleso\*

Desde a Abertura Comercial, iniciada pelo então Presidente da República Fernando Collor de Mello, uma série de dispositivos legais foram criados e implementados para compensar a indústria brasileira e auxiliá-las no processo de reestruturação. Apesar de, conceitualmente, o neoliberalismo expressar a não interferência do Estado no desenvolvimento e na economia, no Brasil os mecanismos de proteção e salvaguarda às indústrias prevaleceram e continuaram a interferir na promoção do desenvolvimento do país, principalmente ao que concerne à indústria automotiva, desde a década de 50, o setor mais protegido da economia nacional.

O início do implemento desses dispositivos legais que ofereceram respaldo às grandes indústrias e ao setor agropecuário ocorreu com a aprovação das *Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior*. Assinadas pela então Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Zélia Cardoso de Mello, as diretrizes aprovadas no Decreto nº 99.244 de maio de 1990 e alteradas pelo Decreto nº 99.267 de 29 de maio do mesmo ano, dispunham sobre as estratégias para o setor industrial e agropecuário, sobre o papel do Estado, do capital privado nacional e do capital estrangeiro, de seus mecanismos, da disposição de programas de competitividade industrial e de qualidade e apoio à capacitação tecnológica, para que as indústrias pudessem receber auxílio na adaptação aos novos mecanismos de competição internacional.

O governo Collor iniciou, assim, a implementação dos programas como meio de atingir um novo padrão de desenvolvimento, redefinir o papel do Estado na condução e gestão da economia nacional. No Diário Oficial da União, publicado em 26 de junho de 1990, registraram-se os objetivos dessa plataforma política:

“A Política Industrial e de Comércio exterior tem por objetivo o aumento da eficiência na produção e comercialização de bens e serviços, mediante a modernização e a reestruturação da indústria, contribuindo, dessa maneira, para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Neste sentido, a Política Industrial e de Comércio Exterior atuará em 2 (duas) direções, a saber: -na

modernização industrial e comercial, consubstanciada pelo aumento da produtividade e por padrões internacionais de qualidade, a serem alcançados com base na crescente capacitação tecnológica; -na implementação de modernas estruturas de produção e consumo de bens e serviços em todo o espaço econômico nacional, pela difusão de novos padrões tecnológicos”.<sup>1</sup>

Dessa maneira, criavam-se as condições para o início do processo de reestruturação do parque industrial brasileiro por intermédio de incentivos não apenas financeiros como também na execução de processos que favorecessem a introdução de novas tecnologias e, com elas, novos modelos de utilização e gestão da força de trabalho.

Diferentemente do processo de substituição de importações, a nova Política Industrial e de Comércio exterior buscava a transformação do mercado interno por meio das “forças de mercado” a fim de induzir as alterações necessárias para a modernização do parque industrial e, conseqüentemente, no aperfeiçoamento das formas de organização da produção e gestão da força de trabalho.

Foram cinco as estratégias fundamentais no projeto que adotava a redução progressiva dos níveis de proteção tarifária eliminando a distribuição indiscriminada de incentivos e subsídios, o que criaria um ambiente mais competitivo e, de acordo com o governo, salutar em termos de desenvolvimento para o país. Mas por esses novos planos de incentivo à capacitação tecnológica das empresas nacionais, elas receberiam os incentivos para a sua modernização e proteção tarifária seletiva de segmentos das indústrias de tecnologia de ponta.

A partir daí, o Estado passava a propor um novo papel e expunha suas responsabilidades na condução desse projeto de reformulação da economia nacional pelo processo de reestruturação produtiva e abertura do mercado à competição internacional. Para ele, significava a inserção favorável da economia brasileira no mercado externo, a melhoria contínua dos padrões de qualidade e competitividade da produção, dos produtos e dos preços no mercado interno, aumentando a competição nos setores oligopolizados.

---

\* Doutora em História Social pela PUC-SP.

<sup>1</sup> Diário Oficial da União publicado em 27/06/1990, seção I, p. 12.367.  
<http://www.jusbrasil.com.br/diarios>. Acesso em: 23 de abril de 2008.

O papel do Estado passa a ser o mais enxuto possível em relação ao mercado, característica da tendência neoliberal. Mas esse afastamento da gestão e da coordenação do processo econômico do país realizou-se de modo bem diferenciado. Ao mesmo tempo em que o Estado redefinia sua atuação no setor econômico, regulou e administrou as contradições e mudanças por ele provocadas. As grandes empresas foram auxiliadas e levadas, pelas políticas viabilizadoras, aos patamares de reestruturações necessárias para sua adaptação e inserção na economia internacional.

Em relação às privatizações, o governo iniciou a entrega do patrimônio público aos setores privados. Nesse sentido, o fim da tutela do Estado na condução da economia nacional e dos bens públicos mudou a direção dos investimentos permitindo que o capital estrangeiro assumisse, também, setores estratégicos do país. Mas tal ação particular que dá as bases e as características desse período resultou de uma conjuntura histórica de ordem política e econômica que também propiciou a adoção de uma nova conduta interna, como afirma Armando Boito Jr.:

“A vitória da plataforma neoliberal no Brasil deve-se a uma conjuntura histórica complexa que articula a situação internacional à história brasileira. Nesta conjuntura interferem fatores de ordem econômica (alternância de recessões com períodos de crescimento moderado e desemprego), de política internacional (reunificação do campo imperialista, desagregação da União Soviética), de política interna, fatores ideológicos (crise do movimento socialista) e outros. Alguns desses fatores são de longa duração, outros circunstanciais – como as peculiaridades da eleição presidencial brasileira de 1989. Não é possível, portanto, explicar a vitória do neoliberalismo recorrendo a uma explicação estritamente econômica, como fazem os autores que se contentam em falar no ‘esgotamento do modelo de substituição de importações’. Tampouco nos parece correto o determinismo que decorre desse economicismo. É certo que a situação do início dos anos 90 impelia o Estado brasileiro para a política neoliberal”.<sup>2</sup>

Esse caráter particular do neoliberalismo brasileiro gerou muitos debates entre os estudiosos da temática. Alguns livros importantes foram lançados na perspectiva de analisar o caráter destrutivo das novas formas de acumulação do capital no país.

Apesar do propalado distanciamento que o Estado assumiu a partir desse novo projeto, ele ainda articulava os mecanismos que viabilizavam suas metas. Os Programas de Competitividade Industrial e o Programa de Qualidade e Produtividade eram formas

---

<sup>2</sup> BOITO JR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. Xamã: São Paulo, 1999. p. 122.

de interferir na condução da reestruturação e de encaminhar os incentivos financeiros e fiscais para a elaboração e execução do projeto.

O Estado continuou a exercer as interferências necessárias nos GEPS – Grupos Executivos de Política Setorial, que tinham por objetivo discutir e submeter à decisão governamental as medidas relacionadas à aplicação dos mecanismos e instrumentos da Política Industrial e de Comércio Exterior, também cabendo a ele estimular a interação das várias empresas e entidades atuantes em cada complexo industrial.

Nesse sentido, também foram instituídos instrumentos legais e administrativos com o objetivo de evitar práticas contrárias ao livre funcionamento do mercado que serviria como órgão regulador e fiscalizador. Assim, a Lei nº 4.137 de 1962 que dispunha sobre a legislação antitruste, responsável por criar o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica foi substituído por uma nova proposta do Departamento Nacional de Proteção e Defesa Econômica que deu autonomia para desfazer de imediato, ações ou condutas contrárias à livre concorrência.

Em relação ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP, o objetivo era o apoio à modernização das grandes indústrias brasileiras, pela absorção de programas internacionais de qualidade e produtividade para que os produtos brasileiros adquirissem certificação e competitividade no âmbito internacional. No Programa, era abarcada uma série de subprogramas que difundiam métodos modernos de gestão empresarial e de capacitação de recursos humanos, principalmente na reestruturação da infraestrutura.

Dessa forma, independentemente da aparente distância que o governo propunha às novas correlações de forças da economia, ele ainda mantinha papel estratégico e de controle sobre a absorção do desenvolvimento industrial acerca da modernização tecnológica e de gestão da força de trabalho em setores estratégicos.

As grandes indústrias nacionais, no campo e na cidade, receberam atenção especial no cumprimento dessa tarefa. No início da década de 1990, quando o país iniciou sua trajetória em busca não somente da sua parcela no mercado internacional, mas principalmente da reestruturação interna para essa inserção, o governo precisou conduzir essa caminhada muito próxima do que se apresenta. Os programas especiais abandonaram os pequenos empresários que estiveram ao lado dos grandes industriais no

implemento de seus setores e no incentivo à reprodução de seus capitais e interesses no Brasil.

Os investimentos realizados nesses setores estratégicos foram amplos e as gerências governamentais atuaram no sentido de desenvolver mecanismos de captação de recursos para viabilizar os investimentos necessários à reestruturação da economia brasileira.

Nesse período, por conta do descompromisso com as pequenas e médias empresas, muitas acabaram passando por um momento extremamente difícil, sendo que algumas tiveram que fechar suas portas por conta da impossibilidade de concorrer com os produtos estrangeiros que passaram a povoar nossa economia. Enquanto as empresas maiores estavam sendo preparadas para se deparar com esse tipo de concorrência utilizando as mesmas armas com o auxílio dos programas de crédito do governo, as empresas de pequeno e de médio porte não conseguiram competir com o mesmo nível.

As agências oficiais de recursos foram criadas no sentido de promover os investimentos em capacitação tecnológica nas seguintes modalidades:

- Capital de risco: atendia às empresas nascentes de alta tecnologia, em implantação, possibilitando o atendimento a projetos em fase de concepção;
- Fundos de Riscos Compartilhados: com o objetivo de apoiar o processo de inovação, inclusive despesas relativas a etapas precedentes à industrialização ou à comercialização de uma inovação;
- Fundo de Apoio à Pesquisa Tecnológica: tinha como pressuposto facilitar e acelerar a implantação de uma política nacional de pesquisa e desenvolvimento – P&D;
- Fundo de Apoio à Formação e ao Desenvolvimento de Recursos Humanos: que visava ao apoio da formação e ao aperfeiçoamento da mão-de-obra especializada nas empresas e universidades<sup>3</sup>.

Dessa forma, criavam-se as condições financeiras necessárias para o investimento e desenvolvimento da reestruturação. Outra barreira quebrada pela política de Collor foi em relação à Política de Importações. Em 15 de março de 1990, foram eliminados os controles quantitativos representados pelos programas de importação e o fim da proibição de importar mais de 1.200 produtos que vigorava desde 1975. Ela

---

<sup>3</sup> Para mais ver: LAPLANE, Mariano, COUTINHO, Luciano, HIRATUKA, Célio. *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. Unesp/Unicamp: Campinas, 2003.

propunha, como uma meta para ser atingida em quatro anos, a redução das tarifas aduaneiras gradualmente até o nível de 0%.

Por meio desses mecanismos o Governo propunha a entrada de tecnologia na intenção de oferecer subsídios técnicos e de equipamentos para que as grandes indústrias pudessem ter condições de implementar suas linhas de montagem. Mesmo com todos esses aparatos legais para subsidiar a introdução de inovações tecnológicas para a indústria, a economia, de uma forma geral, sofreu grande abalo. Abalo que foi sentido pelas pequenas e médias empresas que não foram prioritariamente beneficiadas com tais incentivos e que também tiveram grandes repercussões na sociedade atingindo a organização dos trabalhadores.

Implantando novos conceitos de gestão da força de trabalho as novas exigências em relação à qualificação modificaram, mais uma vez, as relações entre capital X trabalho. Nesse processo de modernização e inovação ao que concerne à força de trabalho, a busca passa a ser uma diminuição da quantidade de trabalhadores, a inserção de políticas de treinamento, e no enxugamento de cargos e salários bem como das estruturas hierárquicas. Essas mudanças que alteraram as relações no interior das empresas passaram também a focalizar apenas seu principal produto, terceirizando todos os serviços de apoio. Alguns importantes estudos sobre essa temática foram realizados ao longo da década de 1990, abordando a inserção das técnicas japonesas na reorganização do trabalho no interior das indústrias<sup>4</sup>.

Essa reestruturação em cadeia, que atingiu os níveis de produção introduzindo novas tecnologias e o desenvolvimento de novos produtos, abdicou de setores produtivos que foram fechados e substituídos pela terceirização. Como muitas etapas de produção deixaram de existir no interior das indústrias, o desemprego passou a ser um problema também ocasionado por essa nova conduta empresarial, e as relações de

---

<sup>4</sup> LEITE, M. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. Scritta: São Paulo, 1994.

HUNPHREY, J. *O impacto das técnicas "japonesas" de administração no Brasil*. Novos estudos Cebap: São Paulo, nº 38, 1994.

GITAHY, L, LEITE, M, RABELO, F. *Reestruturação produtiva e a empresa: programas de qualidade, política de gestão de recursos humanos e relações industriais*. Texto elaborado para o projeto Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira, Bloco Temático V: Condicionantes Sociais da Competitividade, Estudos Temáticos 3, 1993.

CASTRO, Nadya Araújo de. *A máquina e o equilibrista: inovações da indústria automobilística brasileira*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1995.

dependência entre grandes empresas e terceirizadas premeditariam, simultaneamente, a reestruturação industrial de outros setores econômicos importantes como as autopeças. Assim, as empresas eliminaram parcelas de seus trabalhadores e os encargos sociais produzidos por eles, e forçaram as empresas terceirizadas a introduzir aspectos como as normas de qualidade para que pudessem ser aprovadas pelo corpo técnico das empresas maiores e passar a fazer parte dos “fiéis fornecedores”.

Os investimentos em setores estratégicos assim como a recapacitação da força de trabalho proposta pelo projeto adequariam o trabalhador às novas exigências do capital. Verificamos que esse processo ocorreu de forma incipiente. Mais do que preocupação em re-capacitar pessoal, as empresas passaram a buscar profissionais mais qualificados para a execução de determinadas funções, o que foi dando ao operariado uma nova configuração: um operariado jovem e qualificado - o que também ajudou a fragmentar as relações de classe e, fundamentalmente, as relações entre os chãos de fábrica e o sindicato.

Os demais, ao tempo, ficaram fadados ao desemprego ou em número bastante reduzido no interior das fábricas, mudando as relações entre operários/empresas e operários/sindicato.

Para compreender como as pequenas e médias empresas seriam absorvidas pelos novos incrementos da Política Industrial é interessante observar as propostas de difusão do uso das subcontratações que serviriam de subsídios produtivos para as grandes empresas. As pequenas e médias empresas, portanto, se tornariam terceirizadas, se fossem tecnologicamente dinâmicas. Mas nem todas tiveram recursos suficientes para introduzir novas tecnologias e absorver os novos métodos qualitativos de produção. Por isso, muitas empresas entraram em falência ou simplesmente fecharam suas portas.

Em 1993, já com Itamar Franco à frente da Presidência da República, o Decreto nº 949 de 5 de outubro de 1993 assinalava sobre os incentivos fiscais para o desenvolvimento e aprimoramento da capacitação tecnológica da indústria e do setor agropecuário. Os dois programas lançados e denominados PDTI – Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial e o PDTA – Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário articulavam o desenvolvimento endógeno de inovações tecnológicas, selecionando, licenciando, absorvendo, adaptando, aperfeiçoando e difundindo tecnologias nacionais e importadas. Seu objetivo específico era a geração de

novos produtos ou processos e o aprimoramento de suas características que ocorreriam mediante a execução de programas de pesquisa ou desenvolvimentos próprios.

Com o passar do tempo, o fomento para o desenvolvimento do parque industrial brasileiro foi aumentando, e as estratégias adotadas fragmentavam ainda mais a classe trabalhadora. As oportunidades de produção e reprodução do capital eram viabilizadas pelos programas de incentivo do governo que, apesar de tratados como ações neoliberais ou neoliberalizantes possibilitavam o rearranjo de forças do governo com as grandes empresas, favorecendo a aplicação de técnicas e tecnologias eficientes e aumentando a possibilidade de entrada e concorrência maior no contexto internacional. A reestruturação em larga escala era ampliada e a inclusão do país no mercado internacional foi uma questão de tempo. As normas técnicas, a inserção de novas tecnologias e a aplicação de novas formas de gestão e gerenciamento da força de trabalho conduziram as grandes indústrias brasileiras a novos patamares econômicos e a introdução de seus produtos em novos mercados. Em contrapartida, os efeitos dessa reorganização da economia para a classe trabalhadora foram cruéis: os níveis de emprego caíram assustadoramente e as novas exigências em relação à qualificação também contribuíram para esse processo, além de proporcionar uma nova configuração dessa classe operária que, jovem e qualificada, se afastaria cada vez mais das atividades sindicais. Esse novo cenário das relações entre indústrias X operários X sindicato conduziu a um reordenamento do movimento sindical. Uma nova dinâmica na condução das lutas e reivindicações, da mesma forma, acabou ficando circunscrita às mudanças do capital no Brasil.

As empresas, em contrapartida, qualificaram-se, receberam os incentivos do programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial e contaram com subsídios paralelos que beneficiaram a aplicação de seus projetos. No artigo 13, ficam claras as características dos incentivos que seriam concedidos junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT):

“I – Dedução, até o limite de oito por cento do Imposto de Renda – IR devido, de valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do imposto à soma dos dispêndios com atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico industrial e agropecuário, incorridos no período-base, classificáveis como despesas pela legislação desse tributo, inclusive pagamento a terceiros, na forma prevista no art. 8º, podendo o eventual excesso se aproveitado no próprio ano-calendário

ou nos dois anos-calendários subseqüentes; II – isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre equipamentos, máquinas aparelhos e instrumentos, bem como sobre acessórios, sobressalentes e ferramentas que, em quantidade normal, acompanhem esses bens, destinados à pesquisa e desenvolvimento tecnológico; III – depreciação acelerada, calculada pela aplicação da taxa de depreciação usualmente admitida (...); IV – amortização acelerada, mediante dedução como custo ou despesa operacional, no período-base em que foram efetuados (...); V – crédito de 50% do IR retido na fonte e redução de cinquenta por cento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários – IOF, incidentes sobre valores pagos, remetidos ou creditados a beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, a título de ‘royalties’, de assistência técnica ou científica e de serviços especializados, previstos em contratos de transferência de tecnologia averbados nos termos do Código de Propriedade Industrial; VI – dedução, pelas empresas industriais ou agropecuárias de tecnologia de ponta ou de bens de capital não seriados, como despesa operacional, da soma dos pagamentos em moeda nacional ou estrangeira (...)”.<sup>5</sup>

Esses programas objetivaram a reorganização da economia nacional, propuseram uma alteração substancial nas formas de produção e gestão da força de trabalho e ofereceram as bases legais e creditícias para que as grandes indústrias pudessem se adaptar aos novos parâmetros de produção e continuarem a ditar o ritmo da economia do país.

Os incentivos legais e fiscais propostos a partir do governo de Fernando Collor de Mello auxiliaram nessa transição colaborando na absorção de tecnologia e no incremento dos novos padrões de qualidade e produtividade. O governo, ao adotar os programas de incentivo, tornou possível às grandes indústrias a compatibilização de procedimentos e exigências com as normas internacionais, preparando terreno para que a base econômica nacional não sofresse perdas nesse período transitório.

Ao abrir a perspectiva da modernização, o governo precisou ajustar sua linha de atuação. Sob o viés neoliberal, o governo reorganizou a política no sentido de facilitar a entrada de investimentos estrangeiros e dos recursos necessários para o ajustamento tecnológico das indústrias. Iniciou, também, os projetos de privatização das empresas estatais no intuito de sanear os gastos públicos e forçar a reestruturação desses setores privatizados.

---

<sup>5</sup> Diário Oficial da União publicado em 01/10/1993, seção I, p. 14.893.  
<http://www.jusbrasil.com.br/diarios> Acesso em: 3 de março de 2008.

Além disso, o Ministério da Ciência e Tecnologia desenvolveu programas de fomento ao investimento tecnológico que foram executados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Os incentivos fiscais garantidos na Lei nº 8661, de outubro de 1993, por intermédio do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) auxiliaram na criação e desenvolvimento de projetos e produtos. Em 1997, os investimentos e resultados desses programas eram os seguintes:

- R\$ 2,2 bilhões de investimentos em pesquisas e desenvolvimento, beneficiando 130 empresas, no âmbito de 79 programas, que contaram com incentivos de R\$ 536 milhões;
- para cada real de renúncia fiscal, as empresas investiam em média R\$ 4,09 milhões;
- das empresas participantes do programa, 42% eram de capital nacional, 41% de capital estrangeiro e 17 % de empresas estatais;
- os programas aprovados se dividiram em 87% para a indústria e 13% para a agropecuária<sup>6</sup>.

Foram criadas redes nacionais de pesquisa cujo objetivo era o de consolidar as malhas de comunicação eletrônica, os investimentos diretos nas empresas e a integração universidade-empresa. Vinculados à Política Industrial a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a verba para as pesquisas vinham de seu próprio orçamento e os financiamentos, realizados com recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), provenientes do Tesouro Nacional.

Em relação à integração universidade-empresa, a FINEP promoveu a formação de redes de instituições de pesquisa em torno de projetos cooperativos que se desdobraram nas seguintes linhas: Programa de Desenvolvimento das Engenharias (PRODENGE); Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho.

O Programa de Desenvolvimento de Engenharias dividiu-se em duas ações principais: Reengenharia de Ensino de Engenharia (REENGE) e as Redes Cooperativas de Pesquisa (RECOPE). Seus objetivos eram os de apoiar a modernização e a capacitação das escolas e departamentos de engenharia e incentivar a realização de

---

<sup>6</sup> Dados obtidos pelo site do Ministério da Ciência e Tecnologia. [www.mct.org.br](http://www.mct.org.br) Acesso em 4 de março de 2008.

projetos de pesquisa. Desse projeto participaram 43 das 159 escolas de engenharia existentes no Brasil. Os recursos disponibilizados serviram para equipar laboratórios nas disciplinas básicas (Física, Química, Biologia, Matemática e Informática).

Para a inserção de redes de comunicação que facilitassem os processos internos de produção, de gestão de equipamentos, estoques, transportes e etc., foi criado o Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho. Ele proporcionava aumento da competitividade das empresas brasileiras por meio da utilização de supercomputadores no desenvolvimento de produtos e na solução de problemas tecnológicos. Para a aplicação desses projetos foi necessário o apoio financeiro à implementação de infraestrutura de rede de computadores como CENAPAD – Centro Nacional de Processamento de Alto Desempenho, NAR – Núcleos de Atendimento Remoto, LSE – Laboratório para a prestação de Serviços Técnicos Especializados. Na época de sua criação, empresas como a Bosch, Mercedes-Benz, Cosigua, Aços Piratini e Petrobrás foram as primeiras a serem atendidas pelo sistema.

No texto que regulamenta a Política Industrial no país a partir de 1997, fica clara a importância da indústria automobilística no contexto da modernização e como setor estratégico para a economia do país. Aliás, nada muito diferente da importância que sempre teve, desde a década de 50, e por ter se configurado, desde então, como o setor que mais recebeu incentivos e ajustes fiscais para sua manutenção e reestruturação.

Devido ao processo de reestruturação produtiva que atingiu o Brasil de maneira vigorosa na década de 1990 passamos a verificar com mais ênfase, como a mundialização das formas tecnológicas e de produção provocaram uma reorganização das ordens jurídicas e encaminharam o Estado para a aquisição de novos tipos de comprometimento com o capital. Todas essas ações que verificamos desde o governo Collor até o Governo de FHC são relevantes, para que possamos mensurar os encaminhamentos legais e financeiros, realizados em forma de programas de incentivos que auxiliaram as grandes empresas e, fundamentalmente, as indústrias automobilísticas na busca de capacitação tecnológica e das certificações internacionais que garantiam o acesso dos produtos brasileiros no mercado internacional. Até mesmo as escolas técnicas passaram a receber subsídios na formação da força de trabalho qualificada para lidar com as novas configurações do mundo do trabalho.

Mas, nesse processo que envolveu mudanças jurídicas e a liberação de créditos para o grande projeto de reestruturação não contemplou a classe trabalhadora. Pelo contrário, quanto mais as indústrias se readaptavam à mundialização mais os trabalhadores sofriam com a precarização e com o desemprego. Assim o neoliberalismo brasileiro atuava com dois pesos e duas medidas: em relação aos ajustes tecnológicos ele foi o facilitador jurídico e financeiro colaborando com a absorção de novas tecnologias e modelos de gestão e impulsionando as grandes empresas a expandir seus negócios interna e externamente em relação ao trabalhador, o Estado se manteve praticamente neutro e a negociação foi a palavra chave para minimizar os conflitos entre capital X trabalho.

Os problemas resultantes da aplicação de um novo padrão político assim como o processo de reestruturação produtiva que atingiu a sociedade brasileira revelaram a fragilidade das relações trabalhistas e as dificuldades do sindicalismo brasileiro se projetar como setor combativo.

A importância do estudo justifica-se pela alteração das formas de atuação da Central Única dos Trabalhadores e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC diante do novo cenário político e econômico. Historicamente as duas entidades sempre tiveram grande valor representativo e de atuação junto à classe operária e, na década de 1990, passam a ter um papel muito mais negociador e colaborativo que nada lembra suas ações do passado recente e que passou a ser denominado sindicalismo propositivo.

A partir de 1995, após cinco anos de reorganização do capitalismo no Brasil, Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República. Ex-Ministro da Fazenda e maior responsável pela implantação do Plano Real, Fernando Henrique era visto pelo empresariado como aquele que levava adiante o projeto de modernização neoliberal.

Com a adoção de uma nova moeda, a partir de 1º de julho de 1994, a candidatura de FHC para a presidência do país deslanchou. Próximo às eleições, o cenário econômico era o seguinte: inflação próxima a zero, atividade econômica em ascenso, poder aquisitivo dos salários em um bom patamar, uma parcela significativa de baixa renda livre de impostos inflacionários e utilizando a possibilidade da compra por prestação.

Já no Governo, Fernando Henrique Cardoso mostrou sua habilidade ao lidar com um leque de alianças políticas que lhe garantiu governabilidade. Prova disso foi a rapidez com que seu governo conseguiu aprovar, logo no primeiro ano, reformas constitucionais da ordem econômica como a quebra de monopólios estatais, igualdade de tratamento entre as empresas nacionais e estrangeiras e a desregulamentação de atividades econômicas consideradas estratégicas.

No princípio do Plano Real, a taxa média de desemprego teve uma queda, mas ao longo de quatro anos de existência do Plano, é possível verificar sua gradual elevação. A Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE constatou esses índices. Apesar dos índices distintos entre as regiões metropolitanas, pode-se compreender que esses resultados expressam uma nova situação estrutural do mercado, profundamente marcada pela abertura comercial e consequente reestruturação produtiva que engloba inserção de avanços tecnológicos e a introdução de novas formas de produção e organização da força de trabalho, com destaque ao processo de terceirização.

Outro fator é que os empregos criados nesse momento, muitos deles sazonais, contribuíam para a queda das taxas de desemprego e não para uma queda real desses números. O IBGE apontou em suas Pesquisas Mensais de Emprego (PME/IBGE) a baixa qualidade dos empregos gerados nesse período. Esse movimento evidencia que a desregulamentação do mercado de trabalho, que já vinha ocorrendo desde 1992, acentuou-se não apenas pelo crescimento do desemprego, mas também pela maior precarização das ocupações existentes. O problema, portanto, tem duas dimensões: insuficiência na criação de novos postos de trabalho, que, com a reestruturação e novos programas de gestão e organização do processo produtivo, foram gradualmente eliminados e a criação de empregos de má qualidade.

Outro aspecto de relevância é que, entre 1994 e 1998, os empregos com carteira assinada diminuíram em 1,6% e os empregos “sem carteira” e os “por conta própria” cresceram em 15,7% e 10,8% respectivamente de acordo com dados de Flávio Benevett Fligenspan.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> FLIGENSPAN, Flávio Benevett. Uma revisão da ocupação e dos rendimentos durante o Plano Real Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre - RS, v. 26, n. 2, 1998.

**Tabela 3: Taxa de Desemprego Total**

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
1985	12,2	10,1	15,5
1986	9,6	7,6	12,7
1987	9,2	7,3	12,2
1988	9,7	8,1	12,1
1989	8,7	7,5	10,6
1990	10,3	9,1	12,1
1991	11,7	10,8	13,0
1992	15,2	13,9	17,1
1993	14,6	13,4	16,3
1994	14,2	12,7	16,4
1995	13,2	11,8	15,3
1996	15,1	13,5	17,2
1997	16,0	14,2	18,3
1998	18,2	16,1	21,1
1999	19,3	17,3	21,7
2000	17,6	15,0	20,9

Fonte: SEADE/DIEESE. PED, 1985 a 2000.

Ao que concerne às montadoras, a redução dos níveis de emprego aparece bem mais drástica. Além dos processos de reestruturação produtiva e das novas formas de gestão da força de trabalho, a terceirização e o surgimento de postos de trabalhos precários contribuíram para um aprofundamento dos problemas relacionados ao emprego no Brasil. E o período de aprofundamento são os últimos anos da década de 1990 correspondentes ao primeiro governo FHC e à implantação de um novo regime automotivo.

Entretanto, o que é mais importante ressaltar nesse período é a implantação do Novo Regime Automotivo em 1995. Com ele, a indústria automobilística vai obter grandes vantagens e incentivos, assim como servir de atrativo para a vinda de novas montadoras para o país, o que provocou a reconfiguração geográfica da produção automotiva brasileira permitida pela própria medida provisória, depois transformada em Lei.

Instituído pela medida provisória nº 1.024/95 pelo Ministério de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio foi convertida em Lei em março de 1997, após inúmeras reedições. Os anos que separam a introdução da medida provisória e sua transformação em lei foram de muitos debates e ajustes. Dentre seus objetivos principais, um deles se destacava: atrair novos investimentos para o setor e estimular a exportação de veículos e autopeças. Mas o grande impasse estava na concentração

produtiva da região Sudeste e dos incentivos prioritariamente recebidos pelo governo. Governadores de outros estados e a comunidade política, em geral, não aprovavam o fato de a região receber e ser subsidiada pelas demais.

O Novo Regime Automotivo nasceu para consolidar e atrair novos investimentos. Ele foi inspirado no Regime Automotriz Argentino. O governo brasileiro via nas grandes montadoras os principais instrumentos para a reestruturação tecnológica e, conseqüentemente, a entrada definitiva do país no mercado internacional. Outra característica fundamental foi o abandono total da possibilidade de investir e expandir as empresas de capital nacional.

Em dezembro de 1996, foi editada uma nova Medida Provisória (nº 1532) instituindo o Regime Automotivo Especial que beneficiava as *newcomers*<sup>8</sup> que se estabelecessem, fundamentalmente, nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

É sob o contexto da década de 1990 que a Central Única dos Trabalhadores e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC redefinem seus papéis e perfis. Em 1991 as discussões e conclusões do IV Congresso da CUT influíram diretamente sobre os posicionamentos e estratégias do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, maior ícone do movimento sindical desde o final da década de 1970. Neste Congresso realizado no Palácio das Convenções do Anhembi a CUT realizou um balanço político das suas atuações ao longo da década de 1980 apontando suas lutas históricas como o não pagamento da dívida externa, a reforma agrária e a luta pela jornada de trabalho de 40 horas semanais. Entretanto, desse encontro, pode-se compreender as estratégias e as proposituras que a CUT e o sindicalismo assumiria na década de 1990. Outro aspecto polêmico do Congresso foi a filiação da CUT à Confederação Internacional de Organização Sindicais Livres – CIOSL, considerada por muitos de tendência social-democrata e pró capitalista.

Em relação ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC suas inflexões diante das transformações iniciadas pelo governo Collor se configuravam nas Campanhas Salariais. Em 1990 a Campanha contava com ampla pauta reivindicativa como o

---

<sup>8</sup> Newcomers é a designação adotada pelo Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio para indicar as “novas empresas” ou “empresas iniciantes” que vieram implantar suas montadoras no país à partir dos incentivos proporcionados pelo Governo Federal e pelos Estados da Federação. Nesse período, novas empresas se instalaram em diferentes localidades do país por conta dos benefícios oferecidos pelos estados o que gerou uma concorrência entre eles.

fornecimento de dados da Fiesp, desenvolvimento de Comissões Paritárias e distribuição dos ganhos relativos ao aumento de produtividade.

Em 1990 o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC encampou o que pode ser considerada como a última grande greve do ABC Paulista: A greve dos “Golas Vermelhas” da Ford. Foram 41 dias de paralisação. Embora tenha sido uma greve que atingiu inicialmente um grupo de operários, a organização grevista dos “golas vermelhas”, em 1990, refletiu potencial do movimento operário e transformou-se num dos últimos movimentos dessa qualidade na região diante dos novos condicionantes econômicos adotados pelo governo brasileiro. Essa paralisação eclodiu fora das discussões relativas à Campanha Salarial para o ano e envolveu os funcionários da ferramentaria e manutenção.

Em 1991 a “Noite da Vigília” marcaria os protestos do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC contra o governo Collor.

O ano de 1991 encerrou, no ABC Paulista, as atividades grevistas de grande porte. As orientações da CUT para a disseminação de um sindicalismo de cariz propositivo era a plataforma estratégica a ser seguida pelos sindicatos filiados. Ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, principal membro da entidade, caberia redefinir seus rumos e servir de exemplo no desencadeamento das novas relações entre patrões e metalúrgicos, capital e trabalho.

O ano de 1992 seria marcado pela transição negociada no interior da Câmara Setorial Automotiva. As discussões no interior da Câmara tripartite e o posicionamento da CUT-Sindicato dos Metalúrgicos do ABC alteraram significativamente as formas de confronto entre capital e trabalho no Brasil. Com o fim da Câmara Setorial Automotiva em 1994

## **REFERÊNCIAS:**

ARBIX, Glauco, RODRIGUES-POSE, Andrés. **Estratégias do desperdício: a guerra fiscal e as incertezas do desenvolvimento.** In: Novos Estudos Cebrap, nº 54, São Paulo, Cebrap, julho de 1990. p. 10.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: Boitempo, 2000.

BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Xamã, 1999.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CASTRO, Nadya Araújo de. **A máquina e o equilibrista: inovações da indústria automobilística brasileira**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1995.

CHASIN, José. **A miséria brasileira – 1964-1994: Do golpe militar à crise social**. São Paulo: Ad Hominem, 2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

FLIGENSPAN, Flavio Benevett. **Uma revisão da ocupação e dos rendimentos durante o Plano Real Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre - RS, v. 26, n. 2, 1998.

GITAHY, L, LEITE, M, RABELO, F. **Reestruturação produtiva e a empresa: programas de qualidade, política de gestão de recursos humanos e relações industriais**. Texto elaborado para o projeto Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira, Bloco Temático V: Condicionantes Sociais da Competitividade, Estudos Temáticos 3, 1993.

HUNPHREY, J. **O impacto das técnicas “japonesas” de administração no Brasil**. Novos estudos Cebrap: São Paulo, nº 38, 1994.

LAPLANE, Mariano, COUTINHO, Luciano, HIRATUKA, Célio (orgs). **Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil**. São Paulo: Unesp/Unicamp, 2003.

LEITE, M. **O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária**. Scritta: São Paulo, 1994.

MÉSZÁROS, István. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987.

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. **A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro: a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo**. São Paulo: Educ/FAPESP, 1997.